



## CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

### Ata da Reunião Ordinária do COPED/PR – 02/07/2021.

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29

No segundo dia do mês de Julho do ano de 2021 às 09:00, em ambiente virtual por meio do link disponibilizado via *e-mail* e transmitido ao vivo via *Youtube* da SEJUF e página do *Facebook* do COPED, iniciou-se a Reunião Ordinária do Conselho Permanente de Direitos Humanos – COPED. Fizeram-se presentes os (as) **Conselheiros (as) Titulares Governamentais:** Amaro Carvalho (SEJUF); Rafael Osvaldo Machado Moura (Ministério Público do Paraná); Sandro de Oliveira Martins (TJ/PR), Aurélio Munhoz (Associação dos Municípios do Paraná); Anderson Rodrigues Ferreira (OABPR); **Conselheiros(as) Suplentes Governamentais:** Ana Raggio (SEJUF), Claudio Marques Rolin e Silva (SESP). **Conselheiros(as) Titulares da Sociedade Civil:** Clau Lopes (APP Sindicato), Leonildo José Monteiro Filho (MNPR), Marcel Jeronymo Lima Oliveira (Grupo Dignidade), Angela Elizabeth Sarneski (Rede Mulheres Negras - RMN/PR); Diego Souza da Silva (Associação Núbia Rafaela Nogueira ALGBTI), Cristiane Aparecida Áureo Galdino (Associação do Movimento Cultural Afoxé Ogun Fúnmilaiyo – AMCAOF), Bruna Ravena Braga dos Santos (Associação de Travestis e Transsexuais de Foz de Iguaçu - Casa de Malhu), Rute Regina Alves (ACTEP). **Conselheiros (as) Suplentes da Sociedade Civil Organizada:** Jorasi Matias Borges (Associação de Apoio a Moradia de Braganey), Dr. Delton Aparecido Felipe (ABPN - Maringá), Waleiska Emília Fernandes Figueira (SINDIJOR/PR); Rita de Cássia Ferreira (Frente Movimento), Aluizo Ferreira Palmar (CDHMP), Dayana Brunetto Carlin dos Santos (Liga Brasileira de Lésbicas - LBL/PR). **Convidados/Colaboradores:** Juliana Muller (SEJUF); Thais Giselle Diniz Santos. (CDHC/ALEP); Roselene Sonda (Ministério Público) e Ângela Mendonça (DEDIF/SEJUF). **1. Abertura:** Primeiramente, o conselheiro Marcel saudou a todos (as) e solicitou que a Secretaria Executiva fizesse a conferência de quórum. A Sec. Juliana saudou a todos (as) e indicou que a partir dessa reunião serão realizadas chamadas nominiais para registro de presença dos (as) conselheiros (as). Após a realização da chamada seguiu-se para a aprovação das pautas **2. Aprovação das pautas:** A pauta do mês de Julho foi compartilhada para todos os presentes via *e-mail* e na tela da vídeo chamada da reunião para aprovação e inclusão dos (as) conselheiros (as). O conselheiro Marcel sugeriu que o ponto de



### CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

30 pauta 'Nº 9 - Informes de Conselheiros (as)' seja somado ao ponto de pauta 'Nº 3 - Informes da  
31 Secretaria Executiva' para que os informes sejam compartilhados em quórum qualificado por  
32 todos (as) os (as) conselheiros (as) - todos (as) aprovaram a sugestão. Não houve nenhuma  
33 inclusão de novas pautas. **3. Informes dos Conselheiros:** O conselheiro Diego registrou a  
34 trágica morte de uma companheira travesti em Londrina no dia 30/06, Natasha de 26 anos. O  
35 conselheiro também indicou que Londrina é a 2º colocada nos índices de mortalidade da  
36 população LGBTI+ no Estado e que espera que as autoridades realizem um acompanhamento  
37 desses casos com mais atenção. A conselheira Waleiska informou que a situação dos suplentes  
38 nesta gestão está sendo desconfortável, não havendo convocação para debates e quando  
39 presentes ouvindo frases de que “*não são necessários*”. A conselheira Bruna complementou a  
40 fala do conselheiro Diego informando que recentemente um vereador municipal vem reiterando  
41 ataques de ódio contra a comunidade LGBTI+ por meio de diversas postagens. No dia anterior  
42 (01/07) foi elaborada uma Nota de Repúdio referente ao caso. Sendo assim, a conselheira Bruna  
43 solicitou o acompanhamento do COPED sobre o caso, pois hoje em dia no Brasil os ataques  
44 contra travestis são infelizmente facilitados e ignorados por órgãos de segurança pública. O  
45 conselheiro Clau Lopes solidarizou-se ao caso da companheira Natasha de Londrina que foi  
46 brutalmente assassinada na Avenida Leste- Oeste e à população de Foz do Iguaçu, pois o  
47 Paraná vem enfrentando discursos LGBTfóbico e que o Mês do Orgulho LGBT+ é para ampliar o  
48 debate e a visibilidade do movimento, porém parlamentares e autoridades utilizam-se da luta e  
49 da dor da população LGBT+ para fazer chacotas e discursos de ódio inadmissíveis. O  
50 conselheiro Clau também sugeriu que seja realizada uma justificativa quando a conexão de  
51 *internet* esteja instável, pois nem todos usufruem de conexões de banda larga rápidas e  
52 instáveis. A conselheira Ana saudou a todos, todas e todes e informou que referente a fala  
53 realizada pelo conselheiro Diego, o Comitê LGBT solicitou a todas as entidades casos de  
54 LGBTfobia que não foram solucionados para que sejam encaminhados a SESP pedindo  
55 informações. Sobre esse caso em específico, houve a morte do assassino logo após confronto  
56 com a polícia e foi solicitada a divulgação de informações sobre a identidade do assassino. Por  
57 fim, a conselheira Ana pontuou que sobre o caso do vereador de Iguaçu foi deliberado  
58 encaminhamentos de ofícios à Câmara Municipal com pedidos de providências por quebra de



## CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

59 decoro e envio de ofício ao Ministério Público do Estado do Paraná pedindo providências. O  
60 conselheiro Leonildo sugere que sejam feitos mais que ofícios ao caso do vereador, que é  
61 necessário se possível a convocação do mesmo para discussão do caso. A conselheira Angela  
62 informou que a Rede Mulheres Negras perdeu uma companheira e solidarizou-se ao caso dessa  
63 grande companheira e mulher na luta pelos direitos humanos. A conselheira Dayana concordou  
64 com a fala do conselheiro Leonildo e solidarizou-se com a Natasha e o Movimento LGBT de  
65 Londrina e sugeriu que seja elaborada uma Rede de Proteção para a população LGBT, para  
66 além dos ofícios e notas de repúdio. A Diretora Angela Mendonça se solidarizou aos casos  
67 relatados pelos conselheiros e que o monitoramento desses casos deveria ser tornar pauta  
68 permanente para registros e providências necessários dessa população que sofre cada dia mais  
69 violações. A Dr. Angela Mendonça (chefe do DEDIF) relatou que está sendo iniciado pelo DEDIF  
70 um processo de diálogo com os 22 escritórios regionais da SEJUF no Interior do Estado e que  
71 na primeira reunião do mês de Julho, poderá ser solicitado a Regional de Londrina que inicie um  
72 processo de acompanhamento e monitoramento via escritório regional. Portanto, se o conselho  
73 pensa na elaboração de Redes de Proteção, os escritórios regionais podem ser agentes dessa  
74 articulação com as demais representações políticas da cidade. O conselheiro Aurélio sugeriu  
75 como encaminhamento o envio de ofício alertando a União dos Vereadores do Paraná  
76 (UVEPAR), no sentido que eles fiquem atentos ao caso e que chamem a atenção dos (as)  
77 vereadores (as) para evitar esse tipo de agressão. **4. Informes da Secretaria Executiva:**  
78 Juliana em sua qualidade de Secretária Executiva lembrou que o Edital de Eleição da  
79 Ouvidoria já está disponível no site da SEJUF [https://www.justica.pr.gov.br/Pagina/Conselho-](https://www.justica.pr.gov.br/Pagina/Conselho-Permanente-dos-Direitos-Humanos)  
80 [Permanente-dos-Direitos-Humanos](https://www.justica.pr.gov.br/Pagina/Conselho-Permanente-dos-Direitos-Humanos) e que a mobilização e divulgação irá até o dia 24 de Julho.  
81 Além disso, informou que o acesso aos documentos do COPED no *drive* se dá por meio do *link*  
82 que está fixado no grupo do conselho no *Whatsapp*. A ata da reunião do dia 25/06 foi entregue  
83 no dia 01/07 pelo estagiário responsável, portanto ainda não houve tempo hábil para revisão e  
84 leitura pelos (as) conselheiros (as) para aprovação. Ademais, a Sec. Juliana indicou que já  
85 iniciou a solicitação dos cartões corporativos dos (as) conselheiros (as) e necessita de alguns  
86 dados específicos de cada um - como data de nascimento - para finalização do processo. Outro  
87 informe realizado pela Secretaria foi sobre um ofício circular pelo Conselho Nacional dos Direitos



## CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

88 Humanos (CNDH), onde eles encaminham para consulta a proposta de uma minuta que está em  
89 elaboração que será uma resolução conjunta de diretrizes que visam o fortalecimento dos  
90 Conselhos de Direitos Humanos. A minuta tem prazo de retorno até o dia 30 de Julho. Em  
91 conjunto aos documentos, também foi encaminhado outros documentos e diretrizes que  
92 nortearam a realização desta minuta. A Regional Sul do Conselho Nacional dos Direitos  
93 Humanos (CNDH) está elaborando um evento sobre a população LGBT no fim de julho e o  
94 conselheiro Marcel convidou a participação dos (as) conselheiros (as) interessados. **5.**  
95 **Apresentações do PPCAM e Provita:** O conselheiro Marcel expõe que na atual plenária o  
96 PPCAM será apresentado pela Técnica da SEJUF, Carmen Lúcia da Silva. O tempo estipulado  
97 para a apresentação foi de 5 minutos. A Tec. Carmen saudou a todos (as) presentes e explicou  
98 há 11 anos é coordenadora do programa, este que segundo ela, é bem descrito por seu próprio  
99 título - O Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte -, sendo essa  
100 sua missão de proteger ameaças previstas no código penal, real e eminente. Essa proteção se  
101 dá com a retirada das crianças e adolescentes e, excepcionalmente, jovens adultos de até 21  
102 anos - se egressos do sistema socioeducativo - da cidade que foi realizada a ameaça para um  
103 “município acolhedor” para que eles possam através de uma reinserção acompanhada por  
104 técnicos conhecer seus direitos de cidadania. Portanto, o programa fornece a possibilidade de  
105 um recomeço de vida para a vítima/testemunha sem o risco de ser assassinado (a). O PPCAM é  
106 um programa especial federal que ocorre através do convênio para os Estados, portanto há  
107 recursos federais e estaduais, e o Estado através de um termo de colaboração escolhe uma  
108 Entidade Executora. No Paraná nos últimos 11 anos foi implementado através do Decreto  
109 6489/2010 a execução do programa pela Associação Para Vida e Solidariedade e futuramente  
110 será executado pela UNILEHU. Nesse arcabouço do programa temos a SEJUF como gestora e  
111 o Conselho Gestor - que possui representação do COPED. O Conselho Gestor tem  
112 características de acompanhamento e fortalecimento da execução do programa, aspectos  
113 administrativos e financeiros são responsabilidades da SEJUF. Por fim, Carmen abriu para  
114 dúvidas sobre o programa. A Sec. Juliana indagou sobre a periodicidade das reuniões e qual  
115 seria a próxima. A Téc. Carmen respondeu que as reuniões acontecem mensalmente, sendo  
116 nas terceiras quartas-feiras do mês que antecedem as reuniões do CEDCA, sendo a próxima



### CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

117 reunião no dia 14 de Julho. A conselheira Rute perguntou sobre o fluxo de acessos do  
118 programa, este que é institucional. A Téc. Carmen respondeu que o acesso ao PPCAM é feito  
119 oficialmente pelas portas de entrada, ou seja o Sistema Judiciário, Varas de Infância, Ministério  
120 Público e a Defensoria dos Municípios. Sobretudo, quem geralmente terá conhecimento e  
121 poderá encaminhar a vítima/testemunha são as Redes de Proteção, Conselho Tutelar, CRAS,  
122 CREAS e Escolas, etc. Portanto, aquele que detecta essa ameaça realiza um ofício para a  
123 Promotoria da cidade e através disso o programa é acionado. Após as indicações do PPCAM,  
124 Tamara Enke e a Karlla Hanayane realizaram a apresentação referente ao PROVITA. O  
125 PROVITA foi uma recomendação realizada anteriormente pelo COPED no ano de 2005, portanto  
126 a representação do COPED no CONDEL do PROVITA deve ser por um representante da  
127 Sociedade Civil, pois o CONDEL não é paritário, a representação governamental é muito maior  
128 do que da Sociedade Civil, tendo apenas a entidade executora, um representante do COPED e  
129 outros 2 representantes da Sociedade Civil. Sobre o funcionamento do PROVITA,  
130 majoritariamente dos casos chegam via Ministério Público, mas há também casos via Judiciário.  
131 Polícia Civil e excepcionalmente pela própria vítima/testemunha. Os pedidos são recebidos pela  
132 coordenadora Tamara, que realiza uma análise preliminar para verificação dos requisitos  
133 objetivos - a importância do testemunho, a efetividade da ameaça, a impossibilidade de proteger  
134 a vítima/testemunha pelos meios convencionais. Após a análise preliminar, o caso é  
135 encaminhado para a equipe técnica que é composta por 01 advogada, 01 assistente social e 01  
136 psicóloga, logo após é realizada a pré-triagem onde é exposto para a vítima/testemunha as  
137 regras do programa, que não são fáceis, mas que garantem a proteção à vida. Após a análise e  
138 conversa com a equipe técnica, um parecer é encaminhado para um relator membro do  
139 CONDEL, que apresentará o caso na reunião do Conselho para inclusão ou não no PROVITA.  
140 Assim sendo, se o caso for incluído no PROVITA, o CONDEL também delibera a avaliação do  
141 risco, se a vítima/testemunha pode ficar dentro do Estado ou deverá ir para outros estados -  
142 estes que deverão também ter PROVITA's - para garantir a sua segurança. As reuniões do  
143 CONDEL são mensais nas terceiras quartas-feiras do mês no período matutino. **5.1 Indicações:**  
144 Referente às indicações do PPCAM, por unanimidade foram escolhidos: a conselheira Rute  
145 (titular) e o conselheiro Anderson (suplente). Sobre o PROVITA, o conselheiro Marcel sugeriu





## CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

146 que as indicações sejam realizadas em uma reunião da Sociedade Civil. A informação sobre a  
147 quantidade de vagas disponíveis será confirmada e enviada formalmente para o *e-mail* do  
148 conselho pela Karlla. Se dispuseram a compor o CONDEL os (as) conselheiros (as): Diego,  
149 Bruna Ravena, Waleiska e Clau Lopes. As conselheiras Bruna Ravena e Waleiska retiraram  
150 suas candidaturas. Portanto, ambos os conselheiros, Clau e Diego, colocaram seus nomes  
151 como titulares. A titularidade será alternada entre os conselheiros, mas como não há acordo  
152 sobre quem irá começar, a plenária entrou em regime de votação nominal. **Governamentais:** A  
153 conselheira Ana Raggio se absteve. O conselheiro Coronel Amaro votou em Clau. O conselheiro  
154 Cláudio Marques se absteve. O conselheiro Anderson votou em Clau. O conselheiro Aurélio  
155 votou em Clau. A conselheira Fernanda se absteve. **Sociedade Civil:** O conselheiro Clau votou  
156 em si mesmo. A conselheira Rute votou em Diego. O conselheiro Marcel votou em Diego. A  
157 conselheira Angela votou em Clau. A conselheira Bruna votou em Diego. A conselheira Cristiane  
158 votou em Diego. O conselheiro Diego votou em si mesmo. O conselheiro Leonildo votou em  
159 Diego. Sendo assim, houve 03 abstenções, 04 votos em Clau e 06 votos em Diego. Portanto, o  
160 conselheiro Diego será titular no primeiro ano de mandato e o conselheiro Clau assumirá no  
161 segundo ano de mandato. **6. Pautas da Gestão:** A conselheira Ana pontuou que as seguintes  
162 pautas são discutidas pelo COPED há muitos anos e que agora estão tendo encaminhamentos.  
163 **6.1 Construção do Plano de Direitos Humanos:** A conselheira Ana explica que a construção  
164 do plano estadual visa trabalhar a perspectiva de que o COPED seja um conselho de extrema  
165 importância e que esteja atento a outras instâncias de políticas sociais já existentes, pois  
166 sabemos direitos humanos é tudo - moradia, acesso à cidade, saúde, educação, cultura,  
167 trabalho etc -, mas há a especificidade de alguns grupos sociais que sofrem mais violações e  
168 precisam de maior atenção, assim como há políticas públicas mais latentes da necessidade de  
169 atenção na área de direitos humanos. Portanto, a conselheira Ana trouxe informações sobre os  
170 planos estaduais existentes sobre as temáticas essenciais para os Direitos Humanos. Portanto,  
171 a conselheira expôs a seguinte tabela com as políticas e suas respectivas vigências: Igualdade  
172 Racial - Em atualização com o CONSEPIR, vencido em 2019; LGBTI+ - Em atualização com o  
173 Comitê LGBT, vencido em 2015; Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais - Não existe,  
174 aguardando posse do CPECT para proposição; Migrados, Refugiados e Apátridas - Em



## CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

175 atualização com o CERMA, vencido em 2016; População em Situação de Rua - Em elaboração  
176 com o CIAMP Rua; Criança e Adolescente - 2013 a 2023; Pessoa com Deficiência - 2018 a  
177 2021; Pessoa Idosa - Lançamento em 2020; Juventude - Em elaboração com CEJUV; Mulheres  
178 - 2018 a 2021; Educação - 2015 a 2025; Saúde - 2020 a 2023; Assistência Social - 2016 a 2025;  
179 Segurança Alimentar e Nutricional - 2020 a 2023; Segurança Pública - 2020 a 2035. Visto isso, a  
180 conselheira Ana explicou os planos estaduais, estes que são formas de ter políticas estruturadas  
181 e bem planejadas para que várias áreas possam trabalhar em conjunto para o mesmo fim. Nas  
182 áreas de grupos em situação de vulnerabilidade há o compromisso de várias secretarias de  
183 Estado tentando criar uma política articulada e coordenada no enfrentamento às violências. Nas  
184 outras áreas - como saúde e educação - são políticas específicas de cada secretaria que se  
185 planejam para a execução das atividades. Nesse sentido, são realizadas conferências com as  
186 ações propostas e como resultado o Conselho analisa o que gostaria de colocar no Plano e é  
187 encaminhado para as Secretarias de Estado. A Secretaria então devolve a planilha com ações,  
188 orçamentos e indicadores para o Conselho e é realizado o diálogo entre o conselho e as  
189 secretarias para monitoramento da execução. Portanto, os planos foram trazidos pela  
190 conselheira Ana para se entender o COPED como uma Área Residual para que não sejam  
191 sobrepostas às outras áreas, analisando os planos que estão em vigência e entender o que  
192 faltam neles na perspectiva de garantia dos direitos humanos. Com relação aos que ainda não  
193 estão em vigência, para que o COPED possa acompanhar e auxiliar os conselhos/comitês. A  
194 proposta é criar uma comissão que possa se debruçar sobre o Plano Estadual que contará com  
195 o auxílio da Secretaria de Planejamento e do IPARDES para melhor estruturação. Por  
196 unanimidade foi aprovada a criação da Comissão Específica de Monitoramento e  
197 Acompanhamento do Plano Estadual de Direitos Humanos. **6.2 Minuta de Anteprojeto de Lei**  
198 **de Reestruturação do COPED após retorno da SEFA:** A conselheira Ana explicitou que o  
199 COPED vem tentando a reestruturação há algum tempo e em 2019 houve a aprovação de uma  
200 Minuta de Anteprojeto de Lei de Reestruturação que retornou em 2020 para a plenária antes de  
201 abrir o protocolo por conta da formação de sua composição, portanto o protocolo foi criado em  
202 2020. Esse protocolo está em tramitação, mas voltou com um posicionamento da Secretaria da  
203 Fazenda. Visto isso, a conselheira Ana pontuou os pontos mais importantes deste retorno da



### CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

204 SEFA com os (as) conselheiros (as) com a seguinte proposta de encaminhamento: inserir esse  
205 retorno como ponto de pauta para a próxima reunião ordinária do conselho em agosto para que  
206 todos (as) tenham tempo hábil para se apropriar dessa proposta de lei e eventuais alterações  
207 que forem necessárias para aprovação ou criação de um novo protocolo. O conselheiro Marcel  
208 sugeriu que o ponto seja discutido no âmbito das comissões. A Minuta foi apresentada pela  
209 conselheira Ana pontuando seus principais pontos como prerrogativas, atribuições, aumento de  
210 conselheiros titulares para 30, mudança nos órgãos governamentais, OAB com cadeira fixa na  
211 Sociedade Civil, convidados, retirada da presidência permanente da SEJUF, criação de um  
212 Fundo Estadual de Direitos Humanos (FUNDH) entre outras ações. Portanto, a proposta de  
213 encaminhamento é levar o debate sobre a minuta para a Comissão de Acompanhamento  
214 Legislativo. **6.3 Criação do Fórum Interconselhos de Direitos Humanos:** A conselheira Ana  
215 relatou que o Fórum é uma demanda antiga do COPED e sua estrutura simplificada foi  
216 apresentada para os demais presentes. Atualmente a Secretaria de Estado da Justiça com  
217 relação aos planos possui além do COPED ela tem o CEDCA, CEJUV, CEDM, CEDI, COEDE,  
218 CONSEPIR, CPICT e o CERMA. Portanto, o COPED há tempos demanda a criação de um  
219 Fórum Estadual Interconselhos como uma periodicidade de reuniões semestrais, a composição  
220 será formulada por 02 membros da mesa diretiva de cada um dos conselhos vinculados a  
221 SEJUF, o pagamento de despesas dos representantes seria atrelado ao conselho de origem,  
222 mas com a possibilidade da existência de reuniões híbridas de acordo com a escolha do (a)  
223 representante de cada conselho, a presidência do fórum seria do COPED e sua proposta seria a  
224 normativa de criação com a resolução da própria SEJUF. Portanto, a proposta de  
225 encaminhamento sobre o tema seria que o COPED enviasse ofícios para esses conselhos  
226 perguntando o interesse deles na participação de um fórum, solicitando suas aprovações para a  
227 realização de reuniões com esses conselhos para apresentação da proposta, para por fim, seja  
228 enviado a SEJUF o pedido formalizado da criação dessa instância por resolução. O conselheiro  
229 Anderson propôs que o fórum conte com a participação dos conselhos de políticas públicas da  
230 SEJUF. O encaminhamento foi aprovado. **6.4: Centro Integrado de Direitos Humanos:** A  
231 conselheira Ana compartilhou a proposta com os demais presentes. Resumidamente,  
232 atualmente dentro da SEJUF alguns serviços, como: O Programa SOS Racismo; Centro





## CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

233 Estadual de Informação Para Migrantes, Refugiados e Apátridas do Estado do Paraná; Disque  
234 Idoso Paraná; Centro de Referência de Atenção à Mulher; Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico  
235 de Pessoas; Fale Conosco da Força Tarefa; Infância Segura; Balada Clandestina; SOS Ódio  
236 Digital; ID Jovem e outros serviços de atenção a casos de violação dos direitos prestados em  
237 parceria com o Disque Denúncia 181, Disque 100 e Ligue 180. Porém, nem todos esses  
238 serviços possuem atendimento presencial, mas todos possuem telefones de contato para  
239 atendimento em Curitiba e todo Paraná. Portanto, a intenção é criar mais uma instância que  
240 seria o ‘SOS Direitos Humanos’ que concentraria todos os serviços no Centro Integrado de  
241 Direitos Humanos, sendo assim, haveria a disponibilidade de atendimento presencial e via  
242 telefone, tendo uma equipe de teleatendimento e uma equipe de referência multidisciplinar -  
243 Psicologia, Serviço Social, Assistência Jurídica, Tradutor (Creole, Espanhol, Português) e  
244 Intérprete de Libras para apoio aos atendimentos da Central de Atendimento e Atendimentos  
245 Presenciais. Além disso, o Centro Integrado alocaria a emissão do ID Jovem e uma Equipe de  
246 Dados para concentração de dados composta por Profissionais de T.I, Sociologia e Estatística,  
247 para levantamento de dados sobre indicadores sociais de vulnerabilidade de grupos sociais que  
248 há maior foco para o lançamento anual de relatórios de violações de direitos humanos. O  
249 conselheiro Marcel solicitou que em 10 dias sejam enviados nos *e-mails* dos (as) conselheiros  
250 (as) para eventuais contribuições. A conselheira Ana pontuou que os relatórios pretendidos e as  
251 capacitações vão contar com a participação direta dos conselhos, além disso os relatórios serão  
252 enviados para todos os conselhos para que aprovelem e tomem providências com base nos  
253 indicadores levantados. A proposta de encaminhamento foi aprovada. **7. Relatos:** Inicialmente, o  
254 conselheiro Marcel explicou brevemente os tópicos abordados e passou a palavra para a  
255 conselheira Roselene. **7.1 Comissão da População em Situação de Rua:** A Sec. Juliana  
256 compartilhou e realizou a leitura integral da ata da Reunião da Comissão da População em  
257 Situação de Rua e Moradia do COPED com os representantes da Secretaria de Segurança  
258 Alimentar de Curitiba-PR, que foi realizada no 30/06/2021 às 09:00, segue: “*Presentes: Felipe*  
259 *(diretor SMSAN), Morgiana Kormann (nutricionista SMSAN), Leonildo (Coped e Movimento*  
260 *Nacional da pop rua), Thais Diniz (Coped e CDHC-ALEP), Irmã Vanilze (Comissão Coped). Foi*  
261 *informado que o Secretário Municipal de Segurança Alimentar está afastado devido às*



### CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

262 condições de saúde decorrente do COVID-19. Houve apresentações, foi apresentado o objetivo  
263 da reunião pelos representantes da Comissão do Coped no sentido de elucidar sobre a  
264 regulamentação municipal envolvendo ações de doações de alimentos para população em  
265 situação de rua, em especial previsão de multas e parcerias com organizações. Felipe explicou  
266 que o Programa “Mesa Solidária” foi criado em julho de 2019, com o objetivo de melhorar a  
267 segurança alimentar da população em situação de rua, considerando que a situação no  
268 Município de Curitiba era precária e desorganizada, a Prefeitura não possuía dados sobre a real  
269 demanda da pop rua, alguns dias sobrava alimentos, outros faltava, sem local adequado para se  
270 alimentar a população se intoxicava. Começaram usando o contraturno do restaurante popular  
271 na Rui Barbosa, foram ampliando para atendimento de segunda a segunda no restaurante  
272 Capanema, matriz Rui Barbosa, Praça solidariedade e mais recente na Praça Tiradentes, vão  
273 verificando os locais onde há demanda, os locais foram todos reformados para atender. Existe  
274 ainda o projeto com a cozinhas comunitárias, a ideia é descentralizar, fazer parcerias com  
275 associações e organizações dos bairros, mediante editais. Em relação ao marco regulatório  
276 explicou que o objetivo era consolidar o programa “Mesa Solidária” enquanto uma política  
277 pública de Estado, fornecendo mais segurança ao voluntário e dignidade aquele que vai se  
278 alimentar, para que possa fazê-lo em local apropriado e limpo, bem como acumulando dados  
279 sobre a demanda e proporcionando políticas mais assertivas. Foram conhecer o projeto  
280 gastromotiva no Rio de Janeiro e estudaram projetos de outros municípios. Queriam que o  
281 voluntário pudesse servir dentro dos aparelhos públicos. Morgiana, nutricionista, explicou que  
282 por exemplo aos domingos não havia doações dos voluntários e pairava dificuldades para pop  
283 rua se alimentar, a proposta com o programa Mesa Solidária é que isto não ocorra, haja  
284 alimentação adequada de segunda a segunda. Ainda estão buscando mais parceiros para que  
285 possam garantir todas as refeições de segunda a segunda, por exemplo na Tiradentes ainda  
286 não possuem parceiro para fornecer café da manhã e almoço. A ideia é estabelecer termos de  
287 fomento com Organizações Sociais de acordo com os termos legais. Já conseguiram fazer  
288 parcerias com cozinhas comunitárias no Tatuquara, CIC e Cajuru via Associação de Moradores.  
289 Explicaram que o marco regulatório foi pensado para dar segurança ao programa e garantir que  
290 possa ser realizado mesmo durante períodos eleitorais, pois ano passado enfrentaram



## CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

291 *limitações devido à legislação eleitoral (art. 73 da lei eleitoral) que impede doações de agentes*  
292 *públicos durante período de eleições. Atualmente possuem 52 grupos sociais parceiros e*  
293 *querem ampliar. Leonildo explicou a importância de contratar pessoas em situação de rua*  
294 *nesses projetos. Explicaram que estão fazendo parcerias com o Sebrae e criando projeto de lei*  
295 *para que as pessoas em situação de rua sejam capacitadas e contratadas pelas terceirizadas,*  
296 *tendo um percentual exclusivo desta população. Embaixo do viaduto do Capanema estão*  
297 *realizando projetos de capacitação. A previsão dos termos de fomento seria para disponibilizar*  
298 *recursos (com base no Decreto 1067 e lei 13069) para melhorar espaços e equipamentos.*  
299 *Informaram que o movimento pode utilizar os espaços públicos para fornecer alimentos.*  
300 *Encerrando a reunião foi prevista visita da comissão aos espaços do Mesa Solidária e prevista*  
301 *possibilidade do projeto apoiar ações do movimento. A reunião foi encerrada à 10h.” Após a*  
302 *leitura, o conselheiro Leonildo expõe que receber essas organizações que querem fazer parte do*  
303 *Mesa Solidária é um retrocesso, pois há o CONSEA onde a Sociedade Civil age em conjunto ao*  
304 *Poder Público. Portanto para o Movimento Nacional da População em Situação de Rua é*  
305 *importante não fortalecer essa PL que está na Câmara Municipal, pois acaba colocando*  
306 *somente gestores e não garantindo de fato a participação da Sociedade Civil, causando o*  
307 *retrocesso e enfraquecimento do espaço que é uma conquista da Sociedade. Neste sentido, a*  
308 *comissão foi convidada a conhecer o espaço disposto na Rui Barbosa. Os encaminhamentos*  
309 *realizados foram: Ofício para FAS para informações sobre a demora no atendimento de resgate*  
310 *(vídeo); Ofício para a Polícia Federal, Intercept, URBS e o Sistema de Justiça, Regional Matriz*  
311 *referente a atuação da empresa Intercept Urbs sobre o impedimento e ameaça a população em*  
312 *situação de rua; Ofício a SESA solicitando informações sobre a disponibilização de vacinas aos*  
313 *municípios atendimento à população em situação de rua, com garantia da realização de uma*  
314 *campanha para vacinação em todo o Estado do Paraná. **7.2 GT Cartilha DH:** A colaboradora*  
315 *Roselene (MP/PR) indicou que na gestão passada foi criada a Cartilha de Direitos Humanos*  
316 *com base na metodologia definida pelo GT. O Grupo optou por encaminhar ofícios a todas as*  
317 *instituições que devem acolher denúncias e compilou tudo isso numa Cartilha com um simples*  
318 *objetivo: informar a população de forma clara e objetiva em uma linguagem mais informal e*  
319 *popular, sobre como denunciar e identificar algumas violações de direitos humanos. A cartilha já*



### CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

320 está pronta e poderá beneficiar todas as entidades que poderão distribuí-las, inicialmente serão  
321 solicitados 5 mil exemplares e é necessário definir o planejamento de distribuição dessa Cartilha.  
322 Para isto, Roselene indagou se as entidades do conselho desejam receber a Cartilha e de que  
323 forma poderão ser encaminhadas. A impressão será realizada pela SEJUF, mas para que possa  
324 ser solicitada necessita estar pronta a diagramação, quantidade e o plano de distribuição. As  
325 entidades interessadas em receber devem encaminhar o pedido por *e-mail* para a Sec. Juliana  
326 para inclusão no plano. A Cartilha também será disponibilizada futuramente em formato digital. A  
327 distribuição inicialmente será somente das entidades solicitantes, não visando a quantidade que  
328 cada uma irá receber, pois para isso é necessário orçar a impressão sobre o recurso  
329 disposto - R\$ 17.680,00. Portanto, ficou como encaminhamento: informar o valor e enviar a  
330 diagramação para análise do valor unitário e posterior quanto ao plano quantitativo de  
331 distribuição. **8. Avaliação do retorno das atividades presenciais:** O conselheiro Marcel abriu o  
332 debate sobre o ponto de pauta expondo que acredita ser inviável a volta das reuniões  
333 presenciais enquanto as duas doses da vacina sejam garantidas a todos e todas. O conselheiro  
334 Anderson indagou a SEJUF sobre como está sendo essa tratativa dentro do Palácio das  
335 Araucárias, se existe algum protocolo próprio e quais são as recomendações da Secretaria  
336 neste contexto. A Sec. Juliana respondeu que a SEJUF está seguindo o último decreto e  
337 recomendações da SESA, por enquanto os funcionários estão em regime de escala, pois não  
338 foram todos que tomaram a vacina. Portanto, a recomendação é que mesmo após a vacinação  
339 sejam seguidas as novas e atuais orientações da SESA (conforme o contexto) e por período  
340 indeterminado seguir em formato híbrido. O conselheiro Anderson sugeriu um encaminhamento  
341 em conjunto a SEJUF na construção de um protocolo de retorno articulando junto com a SESA  
342 essa informação, pois a construção da política pública com distanciamento da Sociedade Civil é  
343 uma perda. Portanto, faz-se necessário ter uma previsão de retorno, mesmo que seja para o ano  
344 que vem, para realizar uma maior aproximação da sociedade civil das articulações. A Sec.  
345 Juliana informou que o Núcleo de Assessoramento aos Conselhos do DEDIF já iniciou essa  
346 proposição de elaborar esse protocolo de recomendação, pois abrange não somente o COPED,  
347 mas todos os conselhos. Porém, é necessário aguardar a imunização Estadual, não somente da  
348 capital ou determinados municípios, pois é variado conforme a localidade. Portanto, a proposta



## CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

349 de encaminhamento realizada pelo conselheiro Anderson foi de iniciar um protocolo de retomada  
350 das reuniões presenciais junto a SEJUF e a SESA. O conselheiro Clau sugeriu que o debate  
351 seja retomado após 30 dias após todas, todos e todes terem tomado a 2º dose da vacina, pois  
352 não é somente conselheiros (as) que estão envolvidos na realização das reuniões. O COPED  
353 retomará a discussão após a vacinação de todos (as). **9. Manifestação nos casos de**  
354 **LGBTFobia/Fortalecimento da Rede de Proteção/Envio de Ofício a UVEPAR:** A conselheira  
355 Bruna Ravena relatou sobre os acontecimentos de Foz de Iguaçu, mas ressaltou que pode estar  
356 acontecendo em outras Câmaras Municipais do Estado do Paraná, onde vereadores difamam a  
357 comunidade LGBT, acusando-a de querer destruir a família e absurdamente associando a  
358 comunidade com assassinos. Portanto, devido ao seu poder - que inclusive está ativo na força  
359 policial - poderá atacar pessoas próximas a essa pauta, assim sendo, a conselheira Bruna  
360 indagou como o COPED poderá ajudar a proteger a luta da comunidade LGBTI. A conselheira  
361 Ana que em relação a pauta de LGBTIFobia há a Rede de Atenção aos Casos de LGBTIFobia  
362 que foi criada por meio de resolução da SEJUF com adesão de diversos órgãos - SESP,  
363 Defensoria, SESA, SEED e OAB - e há intenção para que as entidades da Sociedade Civil  
364 estejam nesse espaço. Ademais, segundo a conselheira, em 2019 houve um encaminhamento  
365 da SEJUF para a criação de uma Rede de Proteção a Defensoras e Defensores de Direitos  
366 Humanos, porém o COPED entendeu que haveria conflitos com as atribuições do Conselho.  
367 Porém, Ana salienta que a proposta será reestruturada após conversa com a Dra. Angela e  
368 trazida para discussão do COPED. Com relação aos encaminhamentos do caso do vereador de  
369 Foz de Iguaçu em específico, a conselheira Ana sugere que sejam enviados ofícios ao Ministério  
370 Público e à Câmara Municipal. O conselheiro Clau menciona que a Sociedade Civil além de  
371 fiscalizar e denunciar, deve fazer mediações rápidas para posicionar-se contra essas violações,  
372 solicitando notas de repúdio e para por fim, encaminhar sua convocação. O Dr. Rafael indicou  
373 estar de acordo com os encaminhamentos realizados e que esse tipo de conduta, que  
374 infelizmente ainda normalizada, é criminosa e ilícita em sentido amplo, contrariando o direito  
375 para além do crime, implicando danos morais coletivos em prol da comunidade LGBTI+.  
376 Portanto, além dos encaminhamentos já propostos, o Dr. Rafael propôs que seja realizado um  
377 encaminhamento com duas diretrizes ao Ministério Público: investigação criminal e no âmbito da





### CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

378 ação civil pública. A conselheira Ana informou que se a ideia for de fazer *lives*, o Comitê LGBT  
379 deliberou a realização de uma no Dia da Visibilidade Lésbica em Agosto, portanto, se o COPED  
380 desejar estar em conjunto ao Comitê está realizado o convite. A conselheira Bruna acrescentou  
381 que também deverá ser tratada a pauta de Intolerância Religiosa, pois os vereadores utilizam do  
382 Cristianismo dentro das reuniões e plenárias das Câmaras dos Vereadores. Portanto, os  
383 encaminhamentos propostos foram: Inclusão de pauta sobre a reestruturação de uma proposta  
384 referente à criação da Rede de proteção das Defensoras e Defensores de Direitos Humanos  
385 pela SEJUF; Realização de uma nota de repúdio contra a câmara de vereadores de Londrina e  
386 Foz do Iguaçu devido às manifestações dos vereadores Jessião e Cassol (Redação: Marcel e  
387 Aluizio; Ofício ao MP (02 diretrizes: investigação criminal e no âmbito de ação civil pública) e a  
388 Câmara Municipal de Londrina e Foz do Iguaçu para averiguação e providências referente às  
389 manifestações de ódio; Ofício a UVEPAR solicitando manifestação sobre o posicionamento de  
390 vereadores que atacam os Direitos LGBTI's (Na perspectiva pedagógica), ressaltando que os  
391 vereadores são sujeitos aos rigores da lei, caso insistam em posições contrárias aos direitos  
392 humanos - não somente contra a comunidade LGBTI, mas negros, mulheres, população em  
393 situação de rua, migrantes, refugiados, apátridas, povos originários indígenas, intolerância  
394 religiosa em face de matriz africana, comunidades tradicionais, para que a entidade se manifeste  
395 contrariamente a respeito oferecendo orientações transparentes sobre a conduta  
396 constitucionalmente adequada. Por isso, solicita-se a realização de reunião com o presidente da  
397 mesa diretora; Participação do COPED na Live do Comitê LGBT; Ofício a OAB que direcionará a  
398 subseção de Foz e Londrina; A conselheira Ana registrou sua abstenção referente ao  
399 encaminhamento da nota de repúdio à câmara dos vereadores de Londrina e Foz. **10.**  
400 **Reorganização das Comissões:** O conselheiro Marcel iniciou a pauta indicando que consultou  
401 o Conselho Estadual dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, além do Conselho  
402 Nacional de Direitos Humanos, indagando quais são as comissões existentes. Neste sentido, o  
403 regimento interno foi compartilhado com os presentes para breve leitura das atribuições das  
404 comissões que constam nos Artigos 20 e 21 do documento. O conselheiro Marcel propôs que na  
405 atual reunião sejam criadas e organizadas quantas comissões forem possíveis e necessárias,  
406 mas que o debate não se limite a somente essas, tendo como possibilidade maiores mudanças



### CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

407 posteriormente. A conselheira Cristiane mencionou que após algumas conversas, entendeu que  
408 a Comissão em Defesa dos Povos de Terreiro/Religiões de Matriz Africana e Povos Tradicionais  
409 poderia sobrecarregar o conselho, porém acontece que as denúncias de violações de direitos  
410 elas se encontram e que infelizmente no município de Foz de Iguaçu está relacionada à religião.  
411 Portanto, a conselheira expôs que não há problema em trabalhar em outra comissão, desde que  
412 ela esteja relacionada com Comunidades Tradicionais. O conselheiro Delton concordou com a  
413 fala da conselheira Crica e sugeriu que haja uma alteração no nome da comissão para:  
414 Comissão em Combate ao Racismo e em Defesa dos Povos de Terreiro, Religiões de Matriz  
415 Africana e Povos Tradicionais. Após alterações indicadas pelos conselheiros, o nome do  
416 conselho ficou definido como: Comissão de Combate ao Racismo em Defesa dos Povos  
417 Tradicionais e das Religiões de Matriz Africana. A conselheira Rita sugeriu a criação de duas  
418 comissões estratégicas. A primeira seria a Comissão de Acompanhamento Legislativo e  
419 Litigância Estratégica, esta que foi trazida do Conselho Nacional dos Direitos Humanos e que  
420 assumiria uma posição estratégica na defesa de pautas que estão relacionadas entre si. A  
421 segunda comissão proposta pela conselheira foi a Comissão de Cultura, Cidadania e Economia  
422 Criativa, por ser também estratégica e não haver pautas no COPED sobre os temas. Sendo a  
423 cultura não somente um direito de acesso à arte, mas um Direito Social e Econômico e para se  
424 dar efetividade a isso é necessário um ativismo em prol destes direitos. Assim sendo, a  
425 conselheira propôs a mudança do nome da comissão para Comissão de Acompanhamento  
426 Legislativo e de Litigância Estratégica, Políticas Públicas, Educação em Direitos Humanos e  
427 Direito à Comunicação. Referente a segunda comissão proposta, o nome ficou como Comissão  
428 em Defesa da Cultura, Cidadania e Economia Criativa. A alteração do nome e objetivo da  
429 Comissão Permanente de Monitoramento dos Sistemas de Privação de Liberdade foi deixada  
430 para discussão dentro da própria comissão, até o momento a comissão é composta pela  
431 conselheira Waleiska. O conselheiro Delton sugeriu a criação da Comissão Permanente em  
432 Direitos Sociais: Saúde, Educação e Segurança. As seguintes comissões foram propostas para  
433 composição da gestão: Comissão de Combate ao Racismo em Defesa dos Povos Tradicionais e  
434 das Religiões Africanas; Comissão em Defesa dos Direitos da População LGBTI+; Comissão  
435 Temporária do Novo Ensino Médio do COPED; Comissão de Acompanhamento e



### CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

436 Monitoramento do Plano Estadual; Comissão Permanente de Denúncias; Comissão em Defesa  
437 à Cultura, Cidadania e Economia Criativa; Comissão de Acompanhamento Legislativo e de  
438 Litigância Estratégica; Comissão Permanente de Monitoramento dos Sistemas de Privação de  
439 Liberdade e a Comissão de Atenção à População em Situação de Rua e Direito à Cidade e a  
440 Moradia; Comissão Permanente em Direitos Sociais: Saúde, Educação e Segurança. A  
441 conselheira Bruna indicou que gostaria de compor as Comissões de Matriz Africana, Sistemas  
442 de Privação de Liberdade e a de Direitos LGBTI+, salientando que gostaria de participar de  
443 comissões que tratem de saúde e de educação. O conselheiro Jorasi indicou que após  
444 conversas com o conselheiro Leonildo, irá compor a Comissão de Atenção à População em  
445 Situação de Rua e Direito à Cidade e a Moradia. A conselheira Julia indicou que gostaria de  
446 participar da Comissão Permanente de Combate ao Racismo em Defesa dos Povos Tradicionais  
447 e das Religiões de Matriz Africana. O conselheiro Marcel indicou a possibilidade de parceria com  
448 a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) por meio da Professora Jucemeri, que  
449 cederia estudantes de graduação às comissões para auxiliar no Secretariado - podendo auxiliar  
450 somente nos períodos letivos. Ademais, o conselheiro mencionou que de igual maneira, na  
451 composição das comissões, a presidência de cada também poderá trazer alguém de sua  
452 entidade para secretariar os trabalhos. A Secretaria das Comissões têm como atribuições:  
453 solicitar pautas; agendar reuniões; secretariar os trabalhos; elaboração dos relatos e demais  
454 atividades. O conselheiro Aurélio reiterou seu interesse em prosseguir na Comissão de Atenção  
455 à População em Situação de Rua e Direito à Cidade e a Moradia e no GT de Comunicação. A  
456 conselheira Cristiane indicou que gostaria de compor a Comissão de Combate ao Racismo em  
457 Defesa dos Povos Tradicionais e das Religiões Africanas e a Comissão em Defesa da Cultura,  
458 Cidadania e Economia Criativa. O conselheiro Aluizio indicou que gostaria de participar do GT  
459 de Comunicação. A conselheira Ana relatou que gostaria de ficar em somente em uma  
460 comissão, mas como foi criada a Comissão LGBTI+ também gostaria de integrá-la, portanto a  
461 conselheira saiu da Comissão Permanente de Denúncias. Portanto, a composição das  
462 comissões e GTs ficaram definidas da seguinte forma: **1.** Comissão Permanente de Combate ao  
463 Racismo em Defesa dos Povos Tradicionais e das Religiões de Matriz Africana - Julia, Cristiane,  
464 Delton; **2.** Comissão Permanente em Defesa dos Direitos da População LGBTI+ - Bruna



#### CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

465 Ravena. Anderson, Clau, Dayana, Ana Raggio, Marcel, Edina Vergara (indicação CDHMP); **3.**  
466 Comissão Temporária do Novo Ensino Médio do COPED - Clau, Anderson, Angela e Fabiano  
467 Severino (indicação CDHMP); **4.** Comissão de Acompanhamento e Monitoramento do Plano  
468 Estadual - Ana Raggio, Marcel, Rita, Dayana; **5.** Comissão Permanente de Denúncias -  
469 Anderson, Leonildo; **6.** Comissão em Defesa da Cultura, Cidadania e Economia Criativa - Rita e  
470 Cristiane; **7.** Comissão Permanente de Acompanhamento Legislativo de Litigância Estratégica -  
471 Rita, Marcel; **8.** Comissão Permanente de Monitoramento dos Sistemas de Privação de  
472 Liberdade - Waleiska, Bruna Ravena, Bruno Greco (indicação CDHMP); **9.** Comissão  
473 Permanente de Atenção à População em Situação de Rua, Direito à Cidade e a Moradia -  
474 Leonildo, Jorasi, Hamilton Serirghelli (indicação CDHMP), Edina Vergara (indicação CDHMP);  
475 **10.** Comissão Permanente em Direitos Sociais: Saúde, Educação e Segurança - Clau Lopes,  
476 Dayana, Delton, Angela; **11.** GT de Comunicação - Aurélio, Waleiska, Clau e Aluizio. **11.**  
477 **Encerramento:** Não havendo mais nada a tratar, o conselheiro Marcel encerrou a reunião  
478 agradecendo a presença de todos e todas. A presente ata foi lavrada por Davi da Rosa. Após a  
479 aprovação será publicada no DIOE e disponibilizada na página do COPED.